

Cobrança de taxa de turismo segue sendo alvo de controvérsia

Deputado entra com ação popular contra Angra dos Reis comandada por Cláudio Ferreti

Por Lanna Silveira

A Taxa de Turismo Sustentável (TTS) em Angra dos Reis, na Costa Verde, Estado do Rio, continua sendo alvo de resistência entre moradores empresários do setor de turismo e viajantes que vão à cidade e à Ilha Grande. Ainda não há definição se a cobrança começa em janeiro de 2026, como anunciado inicialmente. A medida prevê cobrança de R\$ 23,75 para quem visitar o município (continente) e R\$ 47,50 para entrar na Ilha Grande, em um período de sete dias de estadia. A decisão do prefeito Cláudio Ferreti, com aprovação da Câmara Municipal, foi alvo de uma ação popular, ajuizada pelo deputado estadual Professor Josemar, que tenta impedir a implementação da taxa.

O deputado explicou que decidiu protocolar a ação por acreditar que uma série de formalidades importantes para a implementação da taxa não foram cumpridas pela gestão municipal. Ele chegou a essa conclusão após ler o texto da Lei Municipal nº

4507/2025, que decreta a TTS e estabelece seus critérios de funcionamento na cidade.

Josemar lista uma série de fatores que exemplificam o “descumprimento de formalidades” percebido por ele. Primeiramente, o deputado afirma que, até o momento, não houve qualquer regulamentação sobre os procedimentos de cobrança e fiscalização do tributo, apesar da implementação estar prevista para começar já no próximo ano.

Ele também identifica que a destinação dos recursos arrecadados pela taxa não foi totalmente esclarecida pela lei; apesar de afirmar que o propósito da TTS é “reparar e mitigar danos ambientais”, Josemar enfatiza o texto aponta nenhuma secretaria ou órgão ambiental que receberá as quantias das tarifas.

O Correio Sul Fluminense fez a leitura do texto legal referente a TTS e, embora nenhuma secretaria municipal tenha sido apontada conforme afirmado pelo Deputado, o artigo 9º estabelece que a receita da taxa poderá ter dois destinos: o custeio de atividades do Instituto Municipal do Ambiente

de Angra dos Reis (Imaar) e da Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra); ou o investimento em melhorias no Sistema Digital do Turismo (SDT), que será a plataforma responsável por monitorar e registrar as atividades turísticas de Angra, auxiliando na cobrança da TTS.

Josemar também entende que o município de Angra dos Reis seria, em suas palavras, “incompetente” para instituir a TTS, já que, segundo ele, a natureza desta taxa seria de competência da União Federal. Contudo, legalmente, a aplicação de taxa de turismo é analisada como um tributo municipal, com base no que é estabelecido pelo artigo 77 do Código Tributário Nacional.

Inibir direito de locomoção

O deputado considera que a TTS terá o poder de inibir o direito de locomoção das pessoas, violando princípios constitucionais da Razoabilidade e da Proporcionalidade, e que o tributo viola, ainda, os princípios da Legalidade e da Reserva de Lei Complementar, por

estabelecer uma taxa sem oferecer uma definição clara do seu fato gerador. O deputado também critica o fato de a legislação destinar a responsabilidade de fiscalizar a regularidade do pagamento da TTS aos prestadores de serviços turísticos da cidade, sob pena de multa correspondente a 100% da taxa devida caso não o façam.

Por fim, o deputado também acredita que a TTS cria parâmetros desiguais aos turistas e moradores da região, o que, em suas palavras, “cria uma discriminação indireta entre quem pode pagar a taxa e pode ter acesso aos locais turísticos, e quem não pode pagar e não consegue usufruir das belezas naturais do município”.

Em audiência realizada, no mês passado, a Comissão de Defesa de Meio Ambiente, da Alerj, também defendeu a derrubada da taxa. Na reunião, os parlamentares pediram o fim do tributo sob a justificativa de que ele não tem base jurídica, sendo uma ameaça ao turismo da região, bem como não apresenta estrutura adequada de cobrança e fiscalização de seu destino. Na ocasião, o presidente da Comissão da Alerj, depu-

tado Jorge Felipe Neto (Avante), anunciou que entrou com uma ação popular na Vara de Fazenda Pública de Angra contra a TTS.

Esclarecimentos

O Correio Sul Fluminense entrou em contato com a Prefeitura de Angra dos Reis para pedir previsões de implementação da Taxa de Turismo Sustentável e pedir seu posicionamento sobre as acusações feitas pelo deputado Professor Josemar. Sobre a aplicação da TTS, a equipe da prefeitura esclarece que ainda não existe uma previsão exata para o início da cobrança.

Foi explicado, em nota, que a implementação da TTS depende diretamente do andamento do processo licitatório para a contratação da empresa responsável por operar a plataforma do Sistema Digital do Turismo. A Prefeitura garante que a população será informada antecipadamente sobre meios e formas de pagamento da taxa quando o esquema for definido, assim como a rotina de fiscalização e outros pormenores. A Prefeitura não respondeu aos demais questionamentos.

Coronel recebe medalha por apoio a Batalhão

O secretário municipal de Ordem Pública de Volta Redonda, Coronel Henrique, recebeu nesta quinta-feira (4), em cerimônia no Rio de Janeiro, a Medalha de Mérito Cinófilo em reconhecimento à sua colaboração na construção do Batalhão de Ações com Cães (BAC) da Polícia Militar, em Volta Redonda. A unidade, que está sendo erguida no bairro Roma, deve ser concluída até abril de 2026 e vai fortalecer o combate ao crime organizado em toda a região do Médio Paraíba.

A honraria foi entregue ao secretário de Volta Redonda pelas mãos do comandante do BAC,

tenente-coronel Luciano Barbosa, que destacou a relevância de Coronel Henrique para a atuação da unidade especializada no Médio Paraíba.

“Coronel Henrique é um gestor de extrema dedicação, comprometido com a segurança e com a integração entre os órgãos. Sua colaboração foi essencial para o avanço das atividades do BAC, e esta medalha simboliza o reconhecimento por todo apoio prestado à evolução do serviço cinófilo no estado do Rio de Janeiro”, disse Barbosa.

Coronel Henrique disse que a chegada do BAC a Volta Redonda representa um passo con-

creto no fortalecimento da segurança pública não só da cidade, mas de toda a região, e agradeceu a honraria.

“Receber esta medalha é uma grande honra. Representa não apenas meu esforço por uma cidade melhor, mas o trabalho incansável de toda a equipe da Secretaria de Ordem Pública. Volta Redonda está avançando cada dia mais na segurança pública, consolidando um modelo de gestão que une estratégia, investimento e integração entre forças de segurança. Nosso compromisso é entregar uma cidade cada vez mais segura para todos”, afirmou o secretário.



Turistas terão que pagar para visitar ilhas e município de Angra dos Reis, na Costa Verde



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO

AVISO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF toma público aos interessados que realizará no portal de compras do Estado do Rio de Janeiro (SIGA), endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO UENF Nº 025/2025
PROCESSO nº SEI-260002/002745/2025

TIPO: Menor Preço Global por lote
OBJETO: Aquisição de material elétrico para atender às necessidades da UENF

VALOR ESTIMADO: R\$ 9.155.138,66 (Nove milhões, cento e cinquenta e cinco mil e cento e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos)

INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/12/2025, às 17 h00.

LIMITE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 18/12/2025, às 14 h00.

REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: 18/12/2025, às 15h00 (horários de Brasília).

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no portal SIGA (www.compras.rj.gov.br), na página eletrônica da UENF (www.uenf.br) e no sítio do PNCP (www.pncp.gov.br/app/editais). Maiores informações pelo e-mail setlicit@uenf.br.